# GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a Nos anos 2000, as pol?ticas de promo??o do patrim?nio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrim?nio, como os chamados detentores, bem como a amplia??o da participa??o dos antrop?logos nessas esferas. V?rias pr?ticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrim?nio nacional e se beneficiaram de recursos p?blicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudan?a pol?tica ocorrida em 2016 e com o aumento das for?as conservadoras, v?rios programas de democratiza??o do patrim?nio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Al?m disso, setores conservadores come?aram a atuar mais diretamente nas pr?ticas patrimoniais, gerando in?meros impactos. Nesse contexto, no ?mbito das activitys propostas pelo Comit? de Patrim?nios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes quest?es: quais os impactos das novas pol?ticas patrimoniais e do aumento das for?as conservadoras nas diferentes situa?es etnogr?ficas e na atua??o dos ?rg?os p?blicos voltados para o patrim?nio? Quais os desdobramentos dessas novas pol?ticas na pr?pria pesquisa antropol?gica? Qual o papel do antrop?logo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflex?o para as diversas formas de atua??o dos antrop?logos, o GT se prop?e a acolher trabalhos tanto dos que est?o inseridos na academia quanto os dos que atuam em ?rg?os governamentais.

**Laudos etnográficos, mobilizações e work antropológico na patrimonialização dos templos afro-brasileiros.**

**Autoria:** Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes

Este artigo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento, apresenta revisão de literatura e alguns resultados. O objetivo da pesquisa é entender como surge e se desenvolve a produção de laudos etnográficos enquanto documentos dos processos de patrimonialização dos terreiros de candomblé na Bahia. Estamos, desde meados dos 80, no periodo da patrimonialização das diferenças, no qual diversos grupos pressionam o Estado, negociando suas demandas. Indígenas e afro-brasileiros conseguiram avanços nas lutas de reconhecimentos, demarcações, garantias de direitos e o acesso a memória e patrimônio. Estudo três dimensões desde movimento, a primeira é entender a motivação de grupos do candomblé, que, a partir daquela ?patrimonialização da diferença?, ativa o Estado a incluí-los no mapa de bens protegidos criando os Monumentos Negros do Brasil. A segunda é o surgimento de uma "classe" de antropólogos, técnicos nos gabinetes das secretarias em postos que trabalham sobre Cultura, responsáveis pelo Patrimônio Cultural. A terceira, são as consequências e especificidades do laudo etnográfico como documento que participa, ao mesmo tempo como ator e produto (agente e actante) de uma política de patrimonialização. Parto de uma etnografia multisituada, realizada em dois ambientes habitados por diferentes sujeitos. Nos gabinetes, técnicos são atores humanos manuseiam e fazem-se agir de volta, pelos acervos e arquivos das instituições de salvaguardas, estes atores não humanos. O amálgama desta relação: ?a burocracia?, normatizações, legislações, protocolos, procedimentos etc. Noutro campo, interlocutores mais usuais das etnografias dos terreiros: os membros de templos tombados. Istu tudo ocorre em meio as mobilizações para garantia de

 ISBN: 978-85-87942-61-6

direitos e como se articulam, em especial, com àqueles técnicos e/ou acadêmicos. Rastreio os documentos enfatizando-os como agentes que restituem, de distintas maneiras, a produção da produção social da indiferença. Neste domínio, o conhecimento da atuação antropológica no Brasil se transforma, partindo da esfera acadêmica para a pública, dividindo o protagonismo entre Estado e sociedade. Ora, se esta mesma torna-se cada vez mais distante da política e elege bancadas cada vez mais conservadoras, os representantes praticam atos escusos dos mais variados, seja o impeachment (golpe), até o desmonte em avanços em políticas públicas (inclusive nos governos progressistas do presidencialismo de coalisão entre 2003-2016), como não prioritárias, inseridas aqui as de patrimônio e memória. Assim, Ministérios, programas, planos, grupos de work da agenda voltada à estas atividades retirados e/ou destituída de legitimidade, apresentando desafio na atuação dos antropólogos, ao mesmo tempo que minorias reorganizam-se durante os duros embates.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

# Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**
**Diretoria da ABA 2017/2018**
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:** **Apoio:** **Organização:**